

HÁ INOCENTES EM UM CONFLITO?

POR: Denis Rafael Pereira

“Ao revelar aos visitantes a história de homens e mulheres que resistiram bravamente ao holocausto, o acervo (do Museu do Holocausto) foge do lugar-comum e combate uma visão tradicional a respeito do tema: a de que o povo judeu em nenhum momento ofereceu resistência às ofensivas nazistas, numa atitude de extrema passividade. “

O título escolhido para este artigo pode, em um primeiro momento, causar estranhamento aos leitores. Afinal, todos sabem que sempre há pessoas inocentes envolvidas em um conflito. A escolha, no entanto, justifica-se pelo fato de este texto se referir a pessoas que, ao contrário da maioria daqueles que vivem em zonas de tensão, têm a possibilidade de fomentar reflexões e ações visando à resolução de problemas e de diferenças que motivam guerras e conflitos.

As reflexões apresentadas a seguir resultam da experiência vivida em fevereiro de 2013 quando, ao lado de outros 11 brasileiros, tive a oportunidade de conhecer de perto alguns aspectos fundamentais para a compreensão dos principais motivadores da chamada questão judaico-palestina.

Após uma análise minuciosa e um grande exercício reflexivo a respeito de tudo o que vi, ouvi e senti nos dias em que estive em Israel, decidi apresentar, neste texto, preocupações que me ocorreram a partir das leituras e das análises apresentadas por alguns dos interlocutores que nos receberam.

Ao pensar a respeito da questão judaico-palestina, um ponto que merece atenção é a maneira como as tensões são encaradas e abordadas. Muitos tentam fazer leituras simplistas e unilaterais dessa questão, incorrendo em um reducionismo que, em minha opinião, favorece a perpetuação dos conflitos. Ou seja, é temerário tentar diminuir tal questão propondo leituras simplistas -- que desconsideram aspectos como a religião ou a formação étnica em detrimento de outros como a política ou a geografia -- ou unilaterais -- que ignoram as motivações e as pessoas que se encontram “do outro lado do muro”.

Na visita ao Yad Vashem, por exemplo, senti pouca disposição para o diálogo por parte da professora Rachel Orenstajn, profissional que proferiu uma breve palestra e nos acompanhou na visita ao acervo histórico da instituição.

As palavras da referida professora denunciaram sua intenção de tentar tratar um assunto complexo como o holocausto apenas pela óptica judaica. Embora tenha admirado a maneira como a professora e a própria instituição abordam o holocausto, contextualizando-o e partindo do dia a dia dos judeus na Europa antes do início da Segunda Guerra, preocupou-me o fato de a professora Rachel ter nos apresentado uma visão maniqueísta da história, fundamentando-a perigosamente em dois princípios opostos: o bem e o mal (nesse caso, os alemães durante a Guerra).

Ao usar, em diversos momentos e contextos, a palavra “assassinos” para se referir aos alemães, a professora generalizou uma questão extremamente complexa e nos propôs, dessa forma, uma análise simplificada das diferentes variantes envolvidas no período. Esse reducionismo também ficou claro na atitude da professora de tentar diminuir ou simplesmente anular um ponto fundamental levantado por uma das colegas do grupo: a cooperação de autoridades judaicas com o projeto nazista.

Obviamente não caberia naquele momento a discussão de um tema que, ao longo da História, tem gerado polêmicas e dividido opiniões, como as críticas de Zygmunt Bauman (*Modernidade e Holocausto*) à posição, antes firmada por Hannah Arendt, que defendeu em uma de suas obras que, não fosse a cooperação judaica, o número de mortos no holocausto teria sido menor. A negativa pura e carente de argumentos da professora Rachel, contudo, soou-me como uma tentativa de evitar um debate que poderia ter enriquecido nossa passagem pelo Yad Vashem.

Sabendo que a professora Rachel faz parte de um núcleo pedagógico ligado a órgãos oficiais do Estado de Israel, uma questão se faz urgente: será essa a visão apresentada às crianças e aos jovens israelenses em suas escolas?

Em caso afirmativo, retomo a questão da inocência registrada no título e entremeadada nas linhas iniciais deste artigo. Fundamentando-me em minha prática em sala de aula e na experiência vivenciada como editor de livros didáticos, destaco o perigo de métodos e abordagens que tenham como objetivo final a construção de uma história definitiva e resultante de apenas “um olhar”. Esse fato ocorreu no Brasil pós-independência, quando, visando-se construir uma “genealogia da nação”, *elaborou-se uma história nacional baseada em uma matriz europeia e a partir de pressupostos eurocêntricos* (Parâmetros Curriculares Nacionais -- História).

A partir daí surge outra questão: há, nas escolas israelenses, o ensino da formação do Estado de Israel também sob a perspectiva palestina a fim de que os alunos tenham a oportunidade de tomar posições diferentes das defendidas pelo Estado? Em minha opinião, a abertura de espaços na escola para a discussão dessa e de tantas outras questões é fundamental para que a intolerância seja combatida desde cedo, havendo, dessa forma, esperança de paz na região -- mesmo que esse seja um plano a ser concretizado a longo prazo.

A seguir algumas palavras do pedagogo Paulo Freire a esse respeito.

“Pensar a História como possibilidade é reconhecer a educação também como possibilidade. É reconhecer que se ela, a educação, não pode tudo, pode alguma coisa. Sua força, como costume dizer, reside na sua fraqueza. Uma de nossas tarefas, como educadores e educadoras, é descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo, de que resulte um mundo mais “redondo”, menos arestoso, mais humano, e em que se prepare a materialização da grande utopia: unidade na diversidade.”

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Para concluir as observações sobre a palestra no Yad Vashem, destaco minha discordância da visão da professora Rachel a respeito de que a formação do Estado de Israel em 1948 não se enquadraria como uma

espécie de política de reparação, decorrente dos horrores sofridos pelo povo judeu na Segunda Guerra Mundial. É sabido que o sionismo é um movimento surgido no século XIX, porém, não há como negar que as sequelas da Guerra foram definitivas para o evento de 1948.

Em contrapartida, como já citado anteriormente, quero salientar quanto me surpreendeu a proposta de abordagem do acervo histórico do Yad Vashem. Ao revelar aos visitantes a história de homens e mulheres que resistiram bravamente ao holocausto, o acervo foge do lugar-comum e combate uma visão tradicional a respeito do tema: a de que o povo judeu em nenhum momento ofereceu resistência às ofensivas nazistas, numa atitude de extrema passividade.

Outra visão sobre a questão judaico-palestina que me causou desconforto foi a apresentada pelo jornalista Amotz Asa, ex-editor do periódico *Jerusalém Post*. Em minha opinião, o referido jornalista, assim como a professora Rachel, enganou-se ao abordar o conflito entre israelenses e palestinos de maneira unilateral, maniqueísta e, por vezes, equivocada, como no momento em que, para sustentar sua posição a respeito da formação do Estado de Israel, apresentou argumentos fundamentados em textos bíblicos. Ao tratar os israelenses como heróis e vítimas, e os palestinos como vilões intolerantes e atrasados, o jornalista passou-me a impressão de estar tratando uma questão “nevrálgica” do mundo atual como se fosse um autor de histórias em quadrinhos ao apresentar as personagens de sua história.

Essa visão -- contestada e alarmada por um dos colegas do grupo -- preocupa-me pelo fato de o palestrante ser um formador de opinião. É obvio que tenho clareza de que essa é a visão de apenas um profissional e que certamente esse não é o discurso oficial da mídia israelense. Esperava, todavia, uma atitude mais equilibrada e sensata de Amotz, que, a meu ver, desconsiderou que falava a interlocutores esclarecidos e informados a respeito do assunto em questão.

Se, por um lado, esses discursos me pareceram tendenciosos, por outro, é preciso destacar a maturidade da análise feita pelo professor que nos recebeu no Centro Davidson – entidade educacional ligada ao Instituto Weizmann.

Ao reconhecer a “falta de inocência” dos envolvidos em um imbróglia como esse, o professor transmitiu-nos uma visão mais lúcida e mais próxima da realidade. Por exemplo, ao ser questionado a respeito do papel desenvolvido pela instituição na formação dos estudantes e do conseqüente combate ao ódio instalado em Israel em relação aos palestinos, o professor me surpreendeu ao afirmar “que os dois lados são criminosos”, numa demonstração de extrema sensatez ao realizar sua leitura do tema.

Talvez por essa razão eu não tenha me surpreendido ao ouvir relatos de experiências extremamente interessantes desenvolvidas no Centro, como a que leva jovens universitários a apoiar alunos com dificuldades na educação básica. Ou ainda, com a maneira respeitosa como o anfitrião nos recebeu, querendo saber, de cada um de nós, o nome, de onde vínhamos e a atividade profissional que desenvolvíamos.

Nesse sentido, outro ponto de destaque é a atuação do diretor da escola Tichon Net, estabelecimento que inova ao desenvolver seu projeto de ensino-aprendizagem em ambiente totalmente digital. Segundo o

diretor, pela própria natureza da escola (que permite aos alunos acesso livre à informação), há a liberdade de apresentar aos alunos diferentes “olhares” a respeito da história de Israel.

É obvio que, por estar ligada ao Ministério da Educação, a escola seja imposta a seguir certas diretrizes. O fato, porém, de o próprio diretor do colégio ser contrário ao Governo israelense e, mesmo assim, ocupar um cargo importante à frente de um projeto tão arrojado, me faz acreditar que a equipe conseguirá construir uma proposta mais livre e voltada para a reflexão.

Em relação à proposta didático-metodológica da escola, não me sinto preparado para manifestar uma opinião, uma vez que o projeto é recente e que não tivemos a oportunidade de conhecer escolas “convencionais” em Israel para ter uma base de comparação.

Para concluir minha breve explanação, quero registrar que não sou partidário do fim do Estado de Israel. Defendo, contudo, a busca de uma solução que considere também as pessoas que moram “do outro lado do muro”. Usando uma das metáforas apresentadas por um colega em nossas discussões, acredito “na construção de pontes que liguem as duas margens desse rio”. Por essa razão, esperava uma posição mais ponderada por parte de alguns dos convidados que nos receberam.

Denis Rafael Pereira – Março de 2013

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2010.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais: História*. Brasília, MEC/SEF, 1998.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de nossa época)

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.